

Sobre o novo ensino médio

ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA

A crise de identidade parece ser o mais angustiante problema a envolver o ensino médio. Ao que se sabe, a questão tende a extrapolar fronteiras geográficas, atingindo proporções universais. Com efeito, se há clareza — em termos de clientela, faixa etária, conteúdos, métodos, formação docente etc — em relação ao ensino fundamental e à educação superior, a nitidez desaparece quando se trata dessa faixa intermediária do processo educativo, até recentemente denominada de segundo grau.

A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996, abriu novas perspectivas para a organização e o funcionamento do sistema educacional brasileiro. A partir de sua promulgação, foi possível ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação liderarem o processo de reformulação — que se pretende profundo — do ensino médio.

Já são conhecidas as diretrizes curriculares a orientarem o novo ensino médio. De pronto, uma inovação que merece aplauso: a substituição da anacrônica idéia de “grade” curricular por três grandes áreas ou eixos temáticos, aos quais deverão ser integrados os diversos conteúdos a serem trabalhados na es-

cola. Acompanhando-a, a decisão de se conferir liberdade à escola para a definição de 25% do currículo, conforme seu interesse e suas necessidades.

Creio que a possibilidade de êxito na implementação da nova proposta estará fortemente vinculada ao atendimento de determinadas condições, absolutamente essenciais: a) libertar-se dos costumeiros padrões tecnocráticos, que teimam desconhecer a complexa diversidade que é o Brasil, imaginando ser possível homogeneizar, via atos legais, o que por natureza é heterogêneo; b) a implantação de uma política de formação continuada do professor, sem a qual todo o esforço de melhoria de desempenho do sistema será em vão; c) compreender que a autonomia da escola, identificada como o núcleo principal do sistema, não pode substituir apenas na retórica, continuando na prática a ser asfixiada pela profusão de leis, decretos, portarias e resoluções.

Há que se levar em conta, por fim, a especificidade do ensino médio noturno, exatamente aquele que recebe um enorme — e crescente — contingente de jovens trabalhadores. Imaginar igualdade de condições entre esse e o ensino diurno é academicamente inaceitável, politicamente imperdoável e socialmente perverso. Nessa perspectiva,

vejo com muito bons olhos a possibilidade de se oferecer o ensino médio com organização semestral, procedendo-se a matrícula por disciplina. Julgo ser essa uma experiência fadada ao sucesso, por respeitar o ritmo próprio de cada aluno, impedir que o fracasso em uma disciplina se transforme na desestimuladora repetência de todo um ano letivo e, ainda, ter a necessária flexibilidade para até mesmo conferir créditos a conhecimentos trazidos pelo aluno para a escola.

Por fim, espero que os governantes tenham a clara consciência de que, praticamente vencida a etapa de universalização do ensino fundamental, o desafio doravante é garantir um ensino médio de qualidade para um número cada vez maior de adolescentes e de jovens. Essa é a forma de o País responder a duas exigências que se entrelaçam: a de natureza econômica, exigindo gente preparada para produzir e consumir, e outra ainda maior, autêntico imperativo ético, que é a formação de cidadãos conscientes do mundo e de seu tempo.

■ Antônio José Barbosa é professor de História da UnB e membro do Conselho de Educação do Distrito Federal

CARTAS

Gostaria de parabenizar a equipe do Caderno Educação pelas excelentes reportagens colocadas à disposição de professores e alunos e, por que não dizer, de toda a comunidade do Distrito Federal. Como assinante do **Jornal de Brasília**, devo declarar que é motivo de muita satisfação poder ter à minha disposição um material tão valioso, que traz informações importantíssimas para todos nós, educadores.

É importante dizer que o Caderno é o principal motivo pelo qual sou assinante deste jornal. Brasília já estava carente de uma iniciativa tão nobre como esta, por parte de um jornal de grande circulação.

Como educador preocupado com os avanços pedagógicos, tenho certeza que o Educação cumpre um papel fundamental na troca de experiências pedagógicas, viabilizando, assim, a integração entre os diversos segmentos da área educacional, bem como aqueles educadores que, no seu trabalho diário, atuam como agentes de formação para a cidadania.

Gostaria de fazer uma crítica no que se refere à ênfase que tem sido dada para o Ensino Médio em relação ao Ensino Fundamental. Neste nível de ensino, temos excelentes temas para serem tratados. Deixo a sugestão para que se dê ênfase, também, para as experiências pedagógicas que as escolas de ensino fundamental desenvolvem na rede pública. Isto, com certeza, irá consolidar o Caderno Educação definitivamente, para a satisfação de todos nós.

PROFESSOR FRANCISCO ASSIS DE SOUSA

CENTRO EDUCACIONAL 01 DO GAMA

O lapso de tempo decorrido entre a entrevista que concedi à repórter Ana Sá, dia 22 de dezembro, e sua publicação no último dia quatro de janeiro, no Suplemento de Educação, pode ter dado margem a interpretações equivocadas sobre o relacionamento das escolas particulares com o Governo do Distrito Federal.

Ao referir-me ao “atual governo”, reportava-me à administração que antecedeu a do governador Joaquim Roriz, empossado 12 dias depois das minhas declarações e, por conseguinte, três dias antes da edição aludida. Foi o governo anterior que recusou-se a ocupar, com alunos da rede oficial, as 80 mil vagas disponibilizadas pelo Sinepe/DF em 1995, tudo leva a crer que por motivos políticos.

Torna-se oportuno esclarecer que temos as melhores expectativas de construir um relacionamento positivo com o novo governo na defesa do interesse público, sobretudo no que se refere à questão educacional. Democratas convictos, os educadores privados do Distrito Federal comungam com o povo em sua decisão soberana de impor mudanças nos rumos do GDF, conforme evidenciaram as urnas.

No mais, parabenizo a repórter Ana Sá pela fidelidade com que reproduziu minhas declarações, “ipsis verbis”, e volto a congratular-me com o **Jornal de Brasília** por dedicar espaço editorial para os principais temas relacionados à educação.

CARLOS VIEIRA BAPTISTA

PRESIDENTE DO SINDICATO DAS ESCOLAS PARTICULARES DO DF

Erramos — Na última edição (dia 04/01), na matéria *Férias com a cara nos livros*, página 12, afirma-se que as provas da terceira etapa do Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB) serão aplicadas nos dias 28 e 29 de janeiro. Na verdade, os estudantes do terceiro ano farão as provas nos dias 30 e 31 de janeiro. A segunda etapa será aplicada nos dias 27 e 28 de fevereiro e a primeira etapa nos dias 5, 6 e 7 de março.

ESTA COLUNA PUBLICA A OPINIÃO DE LEITORES SOBRE TEMAS LIGADOS À EDUCAÇÃO. AS CARTAS DEVEM SER ENVIADAS PARA A REDAÇÃO: SIG TRECHO 1, LOTES 585/645. BRASÍLIA-DF. CEP: 70610-400. E-MAIL: JBRREDA@BR.HOMESHOPPING.COM.BR